

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 111.006 - MG (2019/0099238-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**RECORRENTE** : JOSE GERALDO PINTO DE MELO (PRESO)  
**ADVOGADOS** : CRISTINA VIEIRA GONÇALVES - MG135937  
MAICON HERNANDES SILVA FERREIRA - MG175071  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por JOSE GERALDO PINTO DE MELO em face de acórdão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, assim ementado (fl. 310):

HABEAS-CORPUS - TRÁFICO DE DROGA E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO - PRISÃO PREVENTIVA - DECISÃO FUNDAMENTADA - FATOS CONCRETOS QUE INDICAM A NECESSIDADE DA MEDIDA CONSTRITIVA - ELABORADA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA - CONCESSÃO DO WRIT POR PRESUNÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO INADEQUADA - A PRIMARIEDADE POR SI SÓ NÃO VIABILIZA A SOLTURA DO PACIENTE - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - ORDEM DENEGADA. 1. Estando presentes os pressupostos autorizadores para a manutenção da custódia cautelar mantém-se esta sob os auspícios da garantia da ordem pública. 2. Havendo indícios de autoria e de materialidade, participando o paciente de elaborada organização criminosa, presente está o pressuposto da ordem pública, sendo a prisão medida que se impõe. 3. Impossível é a concessão do writ por presunção. 4. Incabível é a substituição da prisão por outra medida cautelar conforme disposto no artigo 282 §6º do CPP e presentes estando os requisitos do artigo 312 do mesmo diploma legal associados à gravidade do delit o, inadequadas são tais medidas. 5. Primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa por si só não viabiliza a soltura do paciente. 6. Ordem denegada.

O recorrente foi denunciado pela prática dos crimes tipificados nos arts. 33 e 35 e art. 40, IV, todos da Lei 11.343/2006; art. 2º, §§ 2º e 4º, I, da Lei 12.850/2013, na forma do art. 29, do Código Penal.

Neste recurso, busca-se a revogação da prisão preventiva, com a expedição de alvará de soltura para que o recorrente responda em liberdade o processo-crime e a substituição da restrição de liberdade por medidas cautelares diversas, ao argumento de ausência dos requisitos autorizadores da segregação cautelar.

A liminar foi indeferida.

As informações foram prestadas.

O parecer do Ministério Público foi pelo desprovimento do recurso.

Na origem, processo n. 0013128-70.2017.8.13.0417, foi expedida carta precatória em 3/5/2019, conforme informações processuais eletrônicas do *site* do Tribunal *a quo* consultadas em 10/5/2019.

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos exigidos pelo art. 312 do CPP.

O decreto de prisão preventiva restou assim fundamentado (fls. 101-103):

[...] Com efeito, conforme diálogos constantes da mídia anexada às f. 59 e transcrições de f. 9-58, constatasse que há indícios de que, efetivamente, as pessoas constantes da representação se organizaram para abastecer o comércio de drogas na região, estando envolvidos, ainda, com a prática de delitos relacionados à Lei 10.826/2003, tanto que eles sempre mencionam a transação envolvendo drogas e, ainda, há uma conversa entre Wesley e Elismar mencionando, inclusive a existência de uma submetralhadora.

Não há dúvida, assim quanto a existência de indícios suficientes de autoria, porquanto, pelos diálogos constantes dos autos, todos eles conversaram a respeito do tráfico de drogas.

A materialidade, por sua vez, está comprovada pela interceptação telefônica em que os representados fazem tratativas quanto ao tráfico de entorpecentes, bem como pela apreensão de drogas envolvendo alguns dos representados, conforme consta da representação (apreensão de arma e drogas com Tiago da Conceição Rosa - Apreensão de drogas em poder do menor Helbert Douglas da Silva).

**Necessária, por evidente, a decretação da prisão preventiva, para que seja interrompida a atividade criminosa do grupo, bem como para resguardar a ordem pública, diante da existência de indícios de que vêm, rotineiramente, praticando os crimes previstos nos arts. 33 e 35 da Lei de Tóxicos e arts. 12, 14, 14 e 16 da Lei 10.826/2003 e art. 244-b da Lei 8.069/90.**

Nesse sentido:

[Jurisprudência].[...] .

Como já adiantado no exame da liminar, há informação relevante sobre o potencial da associação criminosa, haja vista que consta do decreto prisional que há indícios da prática rotineira do tráfico e da associação para o tráfico, bem como da necessidade de decretação da prisão para interrupção da atividade criminosa do grupo.

Com efeito, esta Corte tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o

decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

Havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 04 de junho de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator